

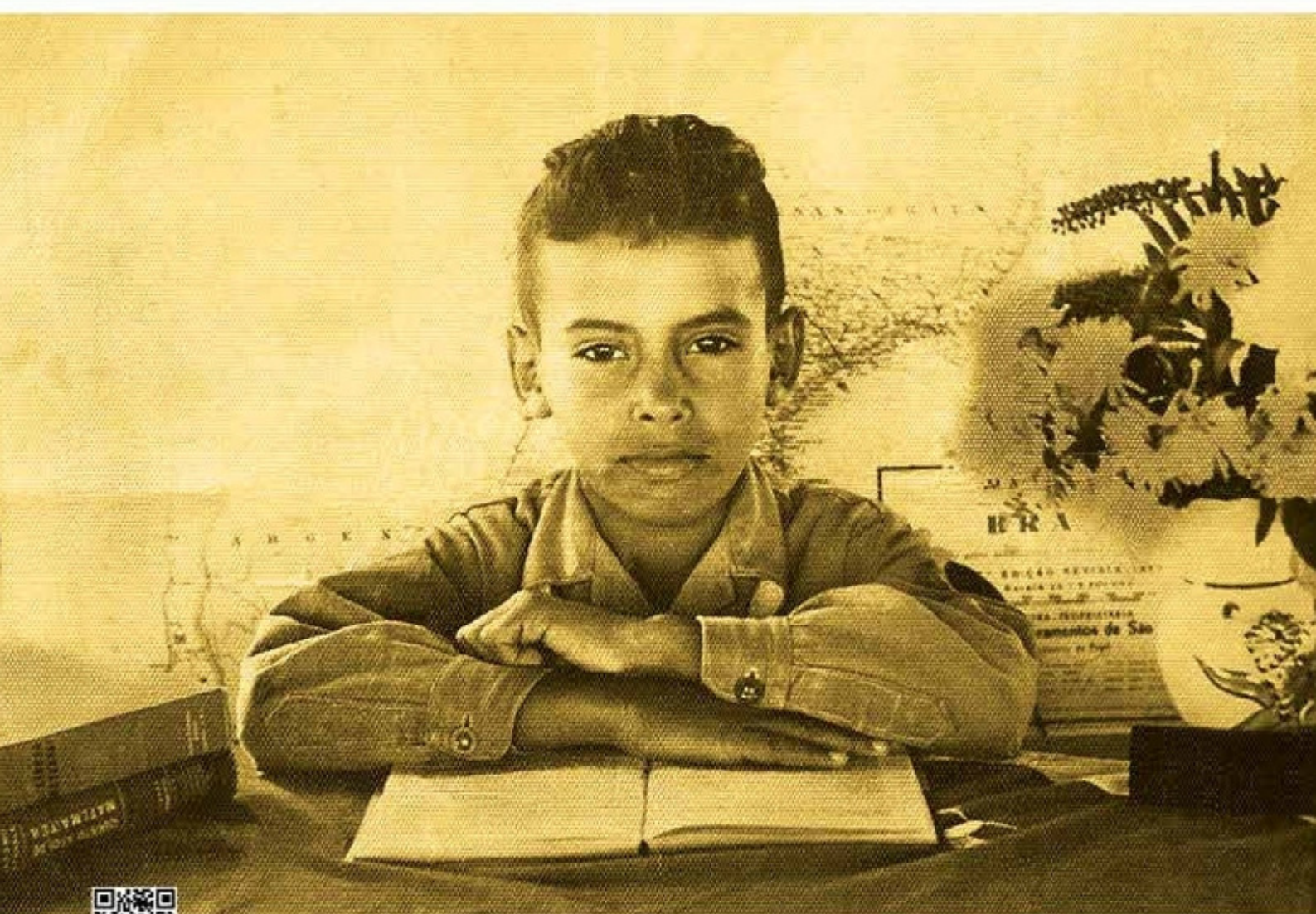
ESCOLA PARTICULAR

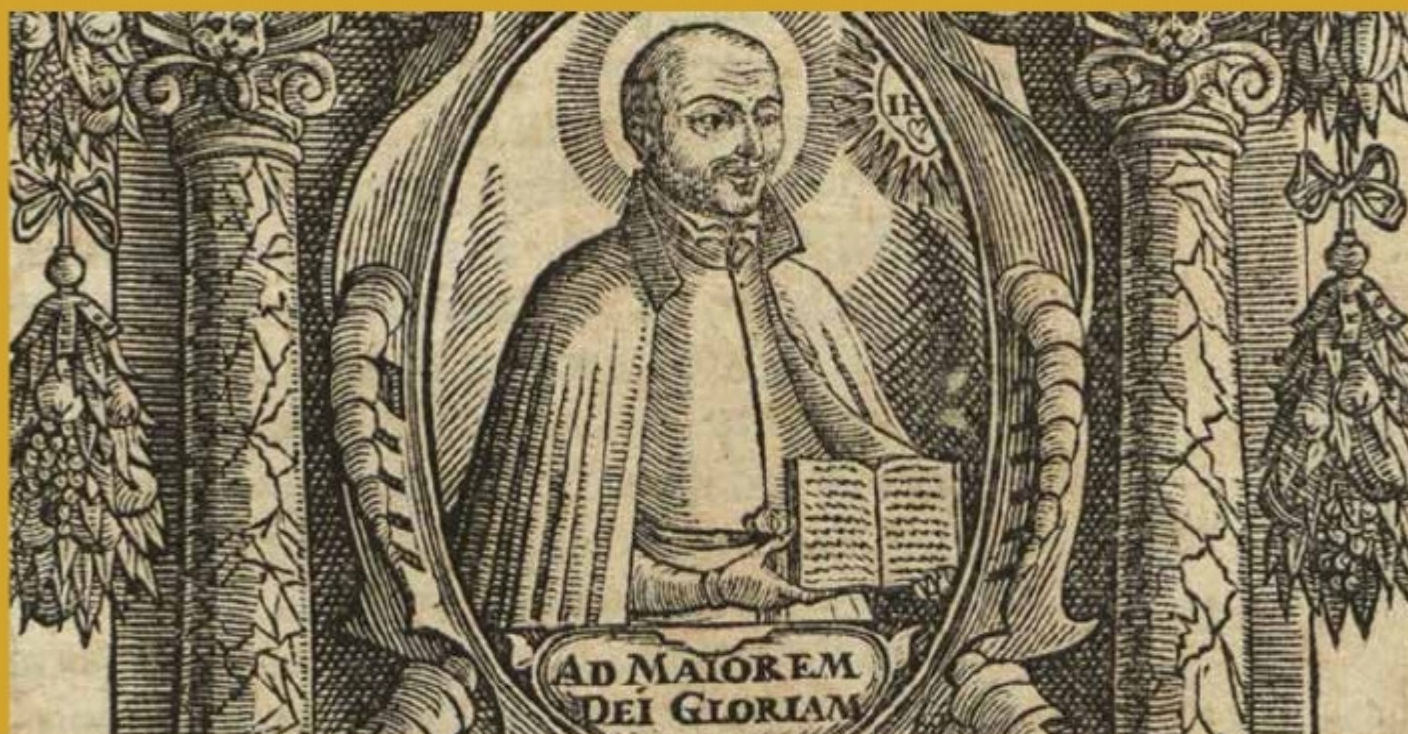
siesp

• ANO 20 • Nº 236
NOVEMBRO - 2017

PUBLICAÇÃO MENSAL DO SINDICATO DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO NO ESTADO DE SÃO PAULO

Aprender e ensinar na escola contemporânea





AValiação da Aprendizagem: PASSADO, PRESENTE, DILEMAS E CONTRADIÇÕES

E mais uma vez batemos à porta da Avaliação da Aprendizagem. Dessa vez, com intuito de promover um confronto necessário que visa colaborar com as reflexões dos colegas professores de Ensino Fundamental, Médio e Superior a respeito do tema e de suas práticas.

Iniciemos o percurso por uma indagação irônica e nada sagrada: será que nosso dilema com relação ao ato de avaliar é uma praga lançada pela “guerra santa” que ocorreu entre os séculos XVI e XVII? Será que julgamos pecado imprimir uma ação eficaz que transforme essa avaliação que só constata numa real avaliação que ajuda a promover a aprendizagem? Parto desse princípio, inspirado no fato de que os primórdios da avaliação como conhecemos (e praticamos) hoje estarem presentes no *Ratio Studiorum*, documento publicado em 1599, que regulamentava o funcionamento das escolas católicas ao redor do mundo. Lá estão descritas certas atitudes que nos parecem bastante familiares e atuais em nossas escolas. O documento recomenda, por exemplo, que os professores não permitam que seus alunos consultem colegas ou a pessoa que estiver “tomando conta” da prova. Recomenda também que sob nenhuma hipótese, prolongue-se o tempo determinado para a prova para que algum aluno termine de responder alguma questão.

Pelo lado protestante, temos, em 1632 a publicação da *Didática Magna* de Come-

É necessário que alinhemos algumas percepções a respeito do assunto

nius (bispo protestante da antiga Moravia, atual República Tcheca) que, a despeito de contribuições importantes para a ação docente, nos aconselhava, por exemplo, a avisar os alunos que nossas provas eram “pra valer” e que tudo que fosse visto em aula estava passível de “cair na prova”. Esse “lembrete”, segundo Comenius, faria com que os alunos levassem a prova a sério, prestassem atenção às aulas e estudassem bastante. Atire a primeira pedra o professor que nunca usou uma dessas expressões ou que nunca tenha ouvido tais expressões de algum professor ao longo de sua vida.

É necessário que alinhemos algumas percepções a respeito do assunto. Vamos nos referir à Avaliação como sendo o processo de investigação contínua que auxilia o alcance dos objetivos traçados, possibilitando intervenções também contínuas no processo de aprendizagem do aluno. Todo adjetivo relacionado à avaliação, somente será usado no caso do desvio dessa ideia. Mas vamos pensar um pouco sobre esse conceito. Por que investigação contínua? Porque a avaliação não pode ser

dissociada do processo de aprendizagem e este é contínuo. Por que intervenções contínuas? Porque ao investigar e perceber falhas no processo de aprendizagem, precisamos agir imediatamente, sob pena de termos maiores dificuldades adiante. Nesse ponto, podemos pensar a avaliação em outros contextos, que não o da aprendizagem. Imaginemos, por exemplo, um ato de sedução: aproximamo-nos de uma pessoa atraente e começamos uma conversa. Conforme falamos e agimos, vamos observando a reação da pessoa e de acordo com as reações, seguimos na estratégia ou mudamos de atitude. Se um sorriso vem como resposta, isso nos diz: “Estou agradando. Este é o caminho”. Uma resposta ácida ou uma sequência de monossílabos nos informa de que é prudente mudarmos a tática. Imaginemos alguém que segue em sua conversa e aproximações, mesmo percebendo respostas não desejáveis. Parece-nos inconcebível, pelo menos para os padrões aceitáveis de bom senso. Pois pasmemo-nos! Fazendo-se a devida “transposição didática”, é o que ocorre em grande parte de nossas salas de aula. Professores percebendo respostas não desejáveis, ignorando-as e insistindo na “paquera” mesmo assim. Pergunto-me se estão mesmo interessados em “conquistar” a outra pessoa. Avaliação é processo que subsidia o alcance dos objetivos e não o fracasso. É assim em todas as áreas em que a avaliação é empregada. Um médico >>>



avalia o paciente, com intuito de detectar sintomas de mau funcionamento orgânico e corrigi-los. As empresas avaliam seus funcionários, como estratégia de gerar treinamentos para corrigir as não conformidades. Parece-nos que só na avaliação da aprendizagem essa relação entre avaliação e compromisso com o sucesso não fica clara.

A simples constatação (que a escola insiste em chamar de avaliação) é uma situação estanque em que o aluno “interrompe” seu processo de aprendizagem para mostrar o que aprendeu. É pontual. Apenas uma fotografia do que se sabe no momento, sem nenhum compromisso com o processo que gera a aprendizagem. Passado e futuro são ignorados nesse processo. O que vale é o presente “formatado” para constatar o que se sabe aqui e agora. A cena de um aluno que após dez segundos que entregou a prova, sem ter saído ainda da sala, diz ao professor: “Puxa, acabei de perceber que fiz bobagem numa questão, posso revê-la?” e a resposta que diversos professores dariam a esse aluno exemplificam muito bem o caráter estanque da constatação, além de ratificar a absurda oposição entre avaliar e aprender.

Outra característica desse processo é a classificação. A separação dos que aprenderam dos que não aprenderam, ou seja, o sucesso e o fracasso. Desse modo, a avaliação que só constata é excludente, pois não assume nenhum compromisso com o “vir a saber” do aluno. A real avaliação não é uma fotografia, é um filme. Leva em conta o passado, o presente e o futuro. Não se preocupa em classificar sucessos e fracassos, mas sim diagnosticar para agir no sentido que se obtinha somente sucesso. Desse modo, a real avaliação é inclusiva. Ela inclui os que ainda não sabem sob o compromisso de que venham a saber.

Quebrar a lógica da avaliação é quebrar a lógica excludente, o que exige um alto nível de comprometimento social do professor. Os “estragos” causados por essa avaliação que exclui são muito bem pontuados por Vasconcellos que aponta cinco principais consequências. Do ponto de vista estritamente pedagógico, a Constatação provoca a não aprendizagem, porque o aluno fica mais preocupado em tirar nota do que aprender. Do ponto de vista psicológico, os estragos são enormes. Só para citar um exemplo bem concreto: Existe criança que passa a ter mais prazer em ver o coleguinha ir mal do que em ela ir bem. Do ponto de vista econômico, o dinheiro que é



gasto com reprovações e evasões poderia ser aplicado na educação de crianças que estão fora da escola. Um efeito político é o fato desse tipo de avaliação acabar levando o sujeito a uma posição de passividade. É o “pacato cidadão” (Vasconcelos, 2001, entrevista).

Uma real avaliação deve conter em si, três princípios essenciais: 1) deve provocar a ação docente. Os resultados são indicativos de necessidades de correção de rota; 2) deve estar sempre a serviço do sucesso. O ato de avaliar é o ato de subsidiar o alcance de resultados desejados, logo, avaliar é mobilizar-se para garantir o alcance dos objetivos e, 3) deve estar comprometida com a Ética. A avaliação tem que estar comprometida com a aprendizagem de todos. Não podemos achar normal que alguns alunos não aprendam. O compromisso ético da avaliação configura-se a partir dessa premissa. A própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, lei 9394/96 deixa clara a necessidade de nos comprometermos com uma avaliação mais qualitativa do que quantitativa, o que traduz uma preocupação crescente em aliarmos cada vez mais o ato de avaliar ao ato de aprender e de incluir e cada vez menos ao ato de classificar e de excluir.

Mudar nossa prática avaliativa exige comprometimento com um modelo social

mais justo e inclusivo. Afinal, que sociedade queremos formar? A questão não é subjetiva, como muitos de nós podemos pensar. A questão é legal. Está escrito nos artigos terceiro e quarto de nossa constituição qual é a sociedade que devemos nos empenhar em construir. Uma sociedade livre, independente, justa, com prevalência dos direitos humanos. Uma sociedade solidária, pacífica, desenvolvida e sem pobreza ou marginalização. Uma sociedade que promove o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade ou qualquer outra forma de discriminação. Com certeza, não é praticando uma avaliação excludente que chegaremos lá. O compromisso com a construção dessa sociedade passa pelo nosso compromisso de mudança de nossa prática pedagógica, como nos lembra BARRIGA (2003), precisamos nos comprometer com uma prática pedagógica comprometida com a Inclusão, com a pluralidade, com o respeito às diferenças e com a construção coletiva.

Mais sobre esse tema, assista o vídeo “avaliação da aprendizagem: passado, presente, dilemas e contradições” no Canal Sala dos Professores: <https://www.youtube.com/watch?v=Z8NUISNyTs> •

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BARRIGA, Angel Diaz. Uma polêmica em relação ao exame In Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos. Rio de Janeiro, DP&A, 2003.

VASCONCELLOS, Celso. Mudar a avaliação. Sem essa de exclusão! Entrevista publicada na revista Mundo Jovem de julho de 2001.



JÚLIO FURTADO

Doutor em Ciências da Educação. Mestre em Educação. Psicopedagogo e professor. Autor de diversos livros e artigos específicos sobre Aprendizagem e Avaliação. www.juliofurtado.com.br